



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÊNIO DE 2005/2009**

**ACTA N.º 02**

**----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2006-----**

----- Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme alínea a) do artigo quinquagésimo da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**----- Ponto Um ) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

**----- Ponto Dois ) – Rectificação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano Financeiro de 2006. -----**

**----- Ponto Três ) – Rectificação do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano Financeiro de 2006.-----**

**----- Ponto Quatro) – Aprovação da 1ª. Revisão do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano Financeiro de 2006.-----**

**----- Ponto Cinco) – Conhecimento do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o ano de 2006, da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano. -----**

**----- Ponto Seis) – Conhecimento do encerramento dos SAP no distrito de Bragança – Moção. -----**

**----- Ponto Sete) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----**

.----- Aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu-se à chamada verificando-se que estavam presentes os seguintes deputados municipais: José António Cerqueira da Costa Moreira, José Carlos Vaz Gonçalves, Aníbal Alves do Rosário, Norberto Francisco Machado da Veiga, Ilda de Fátima Fernandes Martins, José Luís Pires Rodrigues, Luís

Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Nuno dos Santos Penascas Martins, Faustino dos Santos Tomé G. Pissarro, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Luís Torrão Esteves, Luís Alberto Pires Rodrigues, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, Vítor Pereira Paiva Nogueira, José Rodrigues Sena, César Manuel Veiga Rodrigues, e Manuel Delfim Martins Miranda.-----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, os Senhores Vereadores António Jorge Fidalgo Martins e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----

#### **PERÍODO DE “ ANTES DA ORDEM DO DIA “**

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia dizendo que o deputado José Sena tinha apresentado a justificação das suas faltas, as quais tinham sido aceites, disse também que havia um pedido do Sr. Presidente da Junta de Angueira que por motivos de acidente pessoal lhe era impossível estar presente pelo que seria substituído pelo senhor Luís Torrão Esteves. Em seguida disse que se iria proceder à apreciação e votação da acta da reunião anterior. -----

----- Usou da palavra o deputado Norberto para dizer que em relação à acta, queria dizer duas coisas: primeiro que a numeração está incorrecta, e que também há algumas gralhas, e que faltavam algumas intervenções dos membros da Assembleia, mas que aparelhagem também não era das melhores e que por vezes ao fazer a transcrição não se entendia muito bem o que diziam; propunha que a acta fosse aprovada e depois se fariam as correcções que fossem necessárias. -----

----- Usou da palavra o deputado Acácio referindo que realmente havia muitas incorrecções na acta e que a sua declaração de voto estava mal colocada, e que tinha votado contra o Plano e o Orçamento, por isso não podia ter sido aprovado por unanimidade, disse também que os votos contra, e as abstenções não tinham

que ser identificados, e dizer quem é que votou contra, quanto à renegociação do empréstimo, se a Câmara apenas tinha dado conhecimento à Assembleia não tinha que haver votação. ----- Usou da palavra o deputado José Carlos dizendo que a acta deveria ser um resumo do que mais importante se tratou na Assembleia, que era o que dizia o regulamento e o que diz a lei, e que achava que era preferível fazer nova acta, corrigi-la e apresentá-la na próxima reunião. Disse também que quando há votos contra ou abstenções, que tinha que ficar escrito quem eram essas pessoas, porque se houvesse um problema um dia mais tarde saber quem votou contra, ou quem votou a favor, e que não havia nenhum documento a comprovar isso; disse que sempre fizeram assim e que se devia manter, embora a lei não diga que é obrigatório, mas para futuramente evitar problemas. -----

----- Usou da palavra o deputado José Luís que disse que tinha também umas considerações a fazer à acta relativamente às suas intervenções, que julga que houve omissão de factos referente aquilo que ele tinha apresentado, e que ainda por cima eles tinham apresentado uma contra-proposta e não tinha sido referida, e que nalguns casos se repetiram duas vezes as mesmas coisas, e se havia tanta preocupação de um lado que devia haver também do outro, e que tinha que se dizer quantos votos contra e quantas abstenções, e que já nem lhe estava a pedir que pusesse a primeira votação, e que esperava que não se repetisse uma situação destas, e já agora para informação disse que a proposta tinha passado, porque no empate o voto do Presidente era voto de qualidade. -----

----- Usou da palavra o deputado Sérgio Pires para expressar também a sua opinião relativamente à acta, que disse: tendo em conta que era a primeira acta da Assembleia, e que no início do mandato anterior acontecia o mesmo, era natural que houvesse alguma falta de experiência, e que nunca em mandatos anteriores a acta tinha sido rejeitada, nem recuada para trás para ser revista e ser aprovada em Assembleia seguinte, disse ainda que deveriam dar um voto de confiança, que devia ser aprovada e a mesa ficaria responsável pela sua correcção. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia, procedendo à votação da acta, quem vota contra, quem vota a favor, que a acta seja aprovada hoje com as devidas correcções, aprovada por

unanimidade.----- Usou da palavra o deputado Vítor Paiva que disse: em primeiro lugar queria saudar os novos elementos da Assembleia e ao Sr. Presidente desejar-lhe um bom trabalho na mesa a que estava a presidir, e ao Sr. Presidente da Câmara felicitações pela sua reeleição. Em relação à acta disse que foi sempre contra este género de actas, que o próprio regimento não previa que a acta passasse a ter textualmente o que se passou, mas sim um resumo daquilo que foi dito, e que só lhes queria lembrar que a única acta que não tinha tido objecções de espécie nenhuma e por parte de ninguém, que foi a última acta realizada antes das eleições, porque havia necessidade de aprovar essa acta antes das eleições, e então quem estava na mesa fez um resumo, o Professor José Carlos como Presidente da mesa leu o resumo e todos concordaram, disse ainda que para o futuro, porquê que não fazíamos o mesmo. ----- Usou da palavra o deputado Acácio para questionar os seguintes assuntos: **Reconstrução de um Edifício para Habitação Multi-Familiar em Vimioso, Contratos de Pessoal, Campo de Treinos dos Bombeiros, Instalação de uma Empresa Espanhola na Zona Industrial, Remodelação do Projecto do Loteamento Industrial de Vimioso-2ª. Fase, Campo de Futebol da Vila de Argoselo, Campo de Golfe em Vimioso, Associação Aldeia, Não Envio das Actas das Reuniões da Câmara.** ----- Usou da palavra o deputado César questionando o Sr. Presidente para lhe dizer que as Juntas de Freguesia tinham assinado um protocolo em dois mil e quatro, e que em dois mil e cinco ainda não tinha sido paga a prestação, conforme estava definido no protocolo, que deviam ter sido informadas porquê que não receberam. Relativamente a outro assunto disse que tinha ali o documento mais importante que a Autarquia podia emitir que era o Regulamento do PDM, e que a última revisão tinha sido em vinte e nove de Setembro de mil novecentos e noventa e cinco, disse também que tinha analisado o PDM com especialistas e que chegaram à conclusão, que quem deixou passar este PDM não queria desenvolvimento no Concelho.-- ----- Usou da palavra o deputado José Sena em primeiro lugar disse que queria justificar, já que em duas Assembleias, por motivos profissionais não pode estar presente e por isso pedia as suas desculpas. Em segundo lugar para dizer que estava presente a partir de hoje, e que esperava ser uma pessoa e uma voz com uma mais valia no Concelho, que tentaria faltar o menos

possível, e que estava ali para ajudar no desenvolvimento do Concelho e mais particularmente a sua freguesia Argoselo. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Avelanoso dizendo que a sua intervenção iria ser curta mas muito directa, que estava ali pelo seu Concelho, pela sua aldeia, e sempre pensaria assim, independentemente das pessoas que estivessem à sua volta e tivessem outras posições: disse que queria fazer uma pergunta muito directa ao Sr. Presidente da Câmara, há algum tempo disse que tinha recebido uma chamada da Câmara para fornecer os nomes para a mesa da Assembleia de Voto em Avelanoso, disse que tinha fornecido os nomes, passados oito ou quinze dias alguém lhe tinha dito, que os nomes que ele tinha fornecido, nenhum deles estava na mesa de voto, perguntou ainda se era para brincar ou se era para mostrar poder de um lado, que ele sabia perfeitamente que a competência era da Câmara, mas então que não andassem a telefonar, e que gostava de saber qual a razão porque os nomes não apareceram na mesa de voto. -----

Usou da palavra o Dr. Vítor Paiva que disse que o deputado Acácio tinha levado à Assembleia dois temas que lhe eram muito gratos, disse ainda que normalmente ele não mudava de filosofia ou de opinião, a não ser que lhe demonstrassem que devia mudar, que já era do tempo dele que sabia quando foi feita a primeira fase dos loteamentos, que ele sempre defendeu naquela Assembleia que os preços fossem simbólicos, para se arrastar industriais para o Concelho. Disse também que tinha chamado a atenção do Sr. Presidente que todos os terrenos vendidos a um preço simbólico tivessem um ónus de reversão, desde que as pessoas entre os cinco e os dez anos não construíssem, não criassem postos de trabalho, em resumo, não criassem riqueza para esta terra, que continuava a ter a mesma filosofia que mantinha à nove anos nesta casa, e que estava sempre do lado e sempre contra quem não defendia essa filosofia. Quanto ao outro tema que o Professor Acácio falou foi o campismo. Disse que sempre defendeu o campismo, e que a situação era onde ele iria ficar, na sua opinião disse que iriam fazê-lo junto às piscinas, ou mais perto, e ali é que residia a dúvida, e com certeza que nenhuns deles em consciência poderiam dar um voto para o Executivo; faça aqui, ou faça ali. Agora que se faça é que devemos fazer. -----

Usou da palavra o deputado José Luís que disse que só queria perguntar ao Sr. Presidente da Assembleia

se tinha dado posse ao deputado José Sena, porque não tendo dado, ele terá que fazer o compromisso de honra, caso contrário não será ainda deputado. Relativamente ao que o Dr. Vítor tinha referido disse que essa foi sempre também a sua opinião; mas que a Câmara tinha mecanismos próprios para gerir o parque industrial, e que a zona industrial tinha um regulamento próprio, era só fazê-lo aplicar e mais nada; e que se fizessem aplicar o regulamento que o parque tem, e que está em Diário da República se evitariam muitas especulações. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia que falou da utilidade da Unidade Móvel de Saúde, como vem lá escrito disse que era para acções de dotação para a saúde e prioritariamente para pessoas deficientes, ou com carências de locomoção, ou de qualquer problema grave que tenha. Disse ainda que a relação que possa existir com o encerramento dos SAP que não tinha nada a ver, porque a Unidade Móvel de Saúde, como se estava a verificar era orientada para pessoas com várias dificuldades de saúde, e que não tinha nada a ver com situações agudas, mas sim com situações crónicas, tais como: situações de cancro, situações de acamados e com dificuldade de locomoção. ----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara que disse que iria responder com muito gosto ao seu conterrâneo, que recordava com saudade como professor, e agora com posições diferentes, que ele já tinha tido e que ele teve também. Relativamente ao Boletim Municipal disse que, aparecia ali o Edifício Familiar em Vimioso, que era este edifício atrás da Câmara e que já estava em obras, e que o empreiteiro já tinha vindo fazer o contrato, mas faltavam alguns documentos, e só por isso tinha figurado no Boletim Municipal; mas que também lhe queria lembrar que felizmente havia Boletim Municipal que durante muito tempo não tinha havido, por isso que ninguém queria sonegar informação, e muito menos quebrar o direito à oposição ou violar esse direito. -----

----- Relativamente ao Parque de Campismo disse que, tinha acontecido a mesma coisa, a obra que estava consignada, que vinha no Boletim Municipal porque as coisas que eram preparadas antecipadamente, mas o que era importante era que as obras pudessem ser feitas. ----- Quanto aos contratos de pessoal disse que quem geria o pessoal era o Presidente da Câmara, e portanto se o Presidente da Câmara achou que necessitava do economista e de condutores

para máquinas pesadas, foi aberto concurso, disse ainda que agora tinham mais máquinas e havia necessidade de ter mais condutores para não ficarem paradas. Relativamente aos contratos disse que seriam renováveis se as exigências de momento o justificarem, caso contrário não seriam renováveis. -----

----- Quanto ao Campo de Treinos dos Bombeiros disse que era um processo que já se arrastava há muito tempo, que já vinha do anterior mandato e de anteriores governos, disse também que lhe foi dito na altura que as coisas se estavam a encaminhar, e que foi nesse sentido que tinha sido adquirido um terreno que fica à saída de Vimioso para as Três Marras; mas que não lhe podia dizer ao certo quanto custou, mas que esse terreno estava reservado para esse efeito. De qualquer forma disse que ainda não se sabia onde iria ficar a Escola nem o Campo de Treinos no distrito de Bragança; disse ainda que tudo fariam para que ficasse localizado em Vimioso, já que existia projecto, e terreno, disse que tudo foi feito, e que só esperava que por parte do poder central que houvesse esse reconhecimento. --

----- Relativamente à Empresa das Rações Ibéricas, Empresa Espanhola disse que a ideia que deixou transparecer era de que queriam privar do acesso à oposição, disse que os documentos estavam ali e que podiam ser facultados, quanto às actas que podiam ser enviadas que não havia problema nenhum. Quanto ao parecer do IGAT que a qualquer momento poderia ser facultado, e que na altura tinha sido um deputado municipal que lhe tinha apresentado a proposta o Sr. Rui Liberal, e que era evidente que nestas coisas haveria sempre um risco, mas que tinham que correr esse risco, que havia um contrato de promessa, que eram protocolos, que eram compromissos que se assumiam, que não havia nada escrito, que havia apenas um acordo verbal, mas que era assumido. Relativamente ao IGAT que já lhes tinha sido dito que estava tudo bem, e que estava tudo esclarecido. -----

----- Quanto ao Campo de Futebol de Argoselo por administração directa. Disse que tinha sido transferido algum dinheiro, porque tinha havido algumas obras que o próprio grupo estava a fazer nesse valor, disse também que havia outras obras, muros, vedações que a Câmara estava a fazer, porque o próprio grupo não as podia fazer. -----

----- Campo de Golf em Vimioso disse que eles tinham que sonhar, porque as oportunidades poderiam surgir a qual-

quer momento, e que continuavam a acreditar que o turismo que era uma das áreas que tinham que potenciar e que tinham que desenvolver. Disse também que sido solicitado um estudo prévio a uma empresa altamente credenciada nesse domínio, esse estudo que estava elaborado, e que este campo de golf que poderia vir a ser um campo de golf intermunicipal entre Vimioso e Miranda do Douro e que em princípio se localizaria na região de Caçarelhos. Referiu também que um dos problemas seria a água mas que já estava quantificado nesse estudo prévio, portanto que havia já um ponto de partida . -----

-----Quanto à Associação Aldeia sede em Vimioso, referiu que a sede não vai ser em Vimioso. Esta Associação para a Protecção do Gado Asinino, disse que realmente tem feito um trabalho exemplar no Planalto Mirandês e na nossa região, e que esse trabalho lhe era reconhecido. Disse também que tinham solicitado que a escola de Vila Chã pudesse ser transformada num centro interpretativo, que estavam a ver esse projecto, e que a Escola precisava de obras de recuperação, porque as instalações estão muito degradadas , devido a escola já não funcionar há muito tempo. Que eram Associações que tinham desenvolvido actividades no concelho. Disse ainda que tanto da Associação do Gado Asinino como da Associação Aldeia existiam os estatutos e os planos de actividades e os relatórios e que já tinham apresentado o plano de actividades para o ano de dois mil e seise que quando pediam alguns apoios, eram sempre apoios diminutos o que atestava de facto da forma aberta como eles estavam a trabalhar com eles e com o concelho. ----

----- Relativamente ao requerimento, se lhe tinham chamado Esteves, que era evidente que foi um lapso dos serviços e que pediam desculpa por isso. ----- Quanto ao deputado César que falou acerca do protocolo com as Juntas de Freguesia, que apenas lhe podia dizer que também tinha havido uma queixa relativamente a esse protocolo, porque de facto havia lá competências que já por lei eram da junta de freguesia e não podiam ser delegadas pela Câmara, e provavelmente que teriam que alterar esse protocolo, e que a partir dali manteriam as transferências de dinheiros como tem vindo a acontecer. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, quanto ao Plano Municipal Florestal disse que estava na fase final, que ainda só tinha sido admitida à pouco tempo a técnica e portanto que se estava a trabalhar nesse sentido. Relativamente ao PDM disse que se

estava numa fase de adjudicação da cartografia para depois se entrar numa fase já do PDM e portanto completar o PDM, e que agradecia ao Sr. Presidente da Junta de Matela para lhe dar a ajuda que fosse necessária, e que este PDM seria muito importante para o Concelho. Quanto ao deputado José Sena, que tinha a certeza que iria ajudar no desenvolvimento do concelho. Quanto ao Sr. Presidente da Junta de Avelanoso, disse que ele não tinha telefonado para ninguém, e que a única coisa que lhe podia dizer era que lhe pediram cinco nomes, que deu esses nomes e foram esses que foram para a mesa. Relativamente ao Sr. deputado Vítor, disse-lhe que na zona industrial neste momento não havia terrenos nenhuns vendidos, que estavam apenas reservados a várias empresas, e que esperava que essas empresas investissem o mais rapidamente possível, e que qualquer empresa que queira começar as obras que poderia fazê-lo sem que o loteamento estivesse acabado. E que a solução que tinha neste momento é que não vendia terreno a ninguém, a não ser às pessoas que façam e que entendam que devem construir de imediato. -----

----- Usou da palavra o deputado Aníbal que disse que achava muito bem que a escola de Vila Chã fosse atribuída a uma Associação, porque como todos sabiam mais tarde ou mais cedo iria haver muitas escolas que iriam fechar no nosso concelho, e então que era preferível entregá-las a essas Associações, para trabalharem, e dinamizarem, inclusivamente às associações de raças autóctones, da vaca mirandesa, porque ainda havia muita gente que zelava por essas coisas, e por isso deviam ser atribuídas e não deixá-las degradar. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Avelanoso dizendo que ia ali outra vez, porque achava que não tinha sido dada resposta à sua pergunta, e que só queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara que era responsável por esta Câmara para o bem e para o mal, disse que tinha entregado uma lista, que alguém lhe tinha telefonado e que afinal não foi a lista que entregou que foi para a mesa de voto, só agradecia que lhe desse uma resposta coerente, ou então que lhe dissesse assim: foi porque não lhe apeteceu, mas que lhe diga porquê que não pôs lá os nomes que ele tinha indicado. ----- Usou da palavra o deputado José Carlos relativamente às eleições que achava que as pessoas se estavam a referir às eleições para a Presidência da República, ele como cidadão que tinha estranhado quando entrou e viu aquelas cinco pessoas, que era lógico, que eles

não traziam na testa o partido a que pertenciam, mas que a distribuição podia ter sido de outra forma. Disse também que queria felicitar o Sr. Presidente da Junta de Argoselo que tinha telefonado para alguém da opposição exactamente para fazer a distribuição dos lugares nessa mesa de voto, e que o felicitava pela atitude que tinha tomado. ----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara dizendo que não havia partidos concorrentes às eleições, e que por isso mesmo é que a competência era do Sr. Presidente da Câmara, e o que acontecia, e que era normal, é que os serviços da Câmara faziam esse serviço rotineiramente. Referiu ainda que o Sr. Presidente tomou a decisão que devia tomar; que a lei dizia que era ele que tinha que nomear, porque não eram eleições partidárias; e já que lhe exigiam tantas competências, que lhe deixassem executar aquelas para que ele estava mandatado. -----

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO UM**

**----- Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

Em cumprimento do estipulado na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conta das actividades desenvolvidas pelos serviços do Município desde o dia vinte e dois de Dezembro até ao dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e seis, bem como da situação financeira do mesmo, conforme documento que se anexa. -----

----- Usou da palavra o deputado José Carlos que disse que na última sessão da Assembleia tinha colocado uma questão ao Sr. Presidente relativamente ao facto de não constar na informação escrita qualquer referência aos processos judiciais, ao que o Sr. Presidente tinha respondido que não havia inconveniente nenhum. Portanto se existiam processos judiciais pendentes, que gostaria de ser informado, e que na informação escrita do Sr. Presidente viesse essa referência e o resumo. -----

----- Usou da palavra o deputado José Luís que lembrou ao Sr. Presidente que estava na altura de começar a fazer o combate a incêndios, e que no anterior mandato o

catrapilo tinha estado a trabalhar na freguesia de Matela, e este ano que já passaram dois meses e que o catrapilo e a motoniveladora ainda continuavam em Matela, e com este ritmo quando é que lhe tocava a Angueira, disse que era melhor fazerem um plano e que defenissem prioridades, que tinha que se trabalhar em todas as localidades. Disse ainda que já vai para cinco anos que Angueira não tinha lá uma máquina, e que chegava a Avelanoso fazia todos os caminhos e mais alguns, e chegou a Angueira levantou ferros e foi embora, porquê. Referiu que em Angueira ainda tinham lá duzentos eleitores, que lhe desse pelo menos proporcionalmente ao número de eleitores, ou então aqueles que tinham votado nele. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara que relativamente aos processos judiciais disse que estavam a decorrer normalmente, e que achava que não faria grande sentido levar para ali processos judiciais, que eram processos normais, que estavam a decorrer e que toda a gente ficava a saber disso. Relativamente ao deputado José Luís, disse-lhe que iriam ser admitidas mais mais três pessoas para trabalharem com essas máquinas, e que sejam polivalentes, tanto podem trabalhar com o camião, como com o autocarro, como com a motoniveladora ou o catrapilo, que era intenção fazerem uma equipa que se dedicasse e tivesse possibilidades de trabalhar com todas essas máquinas, que eram máquinas que tinham custado muito dinheiro e que não era para estarem paradas, e que a partir de agora todas as aldeias teriam a possibilidade de fazerem esses planos de combate a incêndios .----- Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Matela, que disse que o catrapilo no último mandato não andou em Matela, disse que tinha andado lá três meses, e que ainda havia de andar mais, porque a junta de Matela tinha apresentado planos para intervenção, na ausência do plano florestal, disse ainda que estavam aí os documentos que podia mostrar, que não eram politiquices, que era trabalho sério que estava feito. Referiu ainda que a Junta de Matela era a única que há quatro anos tinha um plano de prevenção de incêndios, e que provavelmente a única zona de caça que tinha um posto de trabalho criado há sete anos, e por isso que era preciso fazer intervenção nas áreas que estavam bem geridas. -----  
----- Usou da palavra o deputado José Luís que disse que não queria de maneira nenhuma atacá-lo, e que admirava a sua atitude porque gostava da terra como ele gostava da dele, mas que estava ali a fazer afirmações

que eram uns atentados aos outros Presidentes de Junta, que nem percebia como é que eles não se sentiam, e dizer que é a única associativa que paga. Que tinha a dizer-lhe que havia uma no concelho que sempre pagou e que tinha pago tudo a que o guarda tinha direito, que era em Angueira, mas que ele não a conhecia porque ficava do lado oposto. Disse ainda que tinha ido para ali dizer que as outras aldeias não apresentaram planos, e que ele sabia Angueira foi uma das aldeias que mais planos apresentou e que era aquela em que não estavam cumpridos, porque a Câmara se tinha designado a subsidiar o Grupo Recreativo das Minas de Argoselo, e a passar para o outro lado e para Angueira nunca havia dinheiro quando as obras já estavam realizadas e que tinha a dizer-lhe que os outros também não estavam a dormir. -----

Usou da palavra o deputado Acácio que disse que apenas queria fazer três perguntas muito simples, Sr. Presidente gostaria de saber qual era a empresa que estava a executar a obra, Requalificação Urbanística da Avenida vinte e cinco de Abril em Carção. Em relação à Reabilitação do Edifício da Sede da Casa do Povo de Carção que também gostaria de saber se havia algum protocolo entre a Câmara e os Sócios. Quanto à situação Financeira que estava referido a atribuição ou uma transferência de verba para as juntas de Vimioso e Uva, gostaria de saber a quê que se destina essa verba. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Argoselo que disse que em primeiro lugar queria agradecer a presença de mais um seu conterrâneo José Sena, que era mais uma voz activa na Assembleia, e mais um elemento de Argoselo a defender o Concelho. Disse ainda que queria dar também os parabéns ao Executivo, porque tinha referido um projecto, que era o campo de golf, que era um projecto em que ele acreditava, e que defendia com a visão inter-concelhia, porque a intenção era fazer equipa com os concelhos limítrofes, só assim é que poderíamos caminhar, que já tinham visto que não podiam contar com Lisboa mais uma vez, e só nós é que podíamos lutar para o nosso futuro. -

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer ao deputado José Luís que não tinham nenhum plano florestal da Junta de Freguesia de Angueira, que havia obras que eram prioritárias, e que se calhar tinha que fazer primeiro o parque de campismo, e depois que iriam lançar para o resto, por isso é que tinham votado nele para fazer aquela gestão em conjunto com o Executivo, e

que era isso que estavam a fazer com a Assembleia. Quanto ao deputado Acácio a Requalificação Urbanística da Avenida vinte e cinco de Abril em Carção, disse que quem estava a fazer a obra que eram duas empresas, uma era a E.T.E. e a outra que não se recordava do nome, uma que era da parte da electrificação e a outra parte de pavimentos. Relativamente à Casa do Povo de Carção, disse que tinha sido assinado um protocolo, e que tinha sido aprovado na Assembleia. Quanto às Juntas de Freguesia de Uva e de Vimioso, disse que tinha havido transferência de verba para a Junta de Uva para obras que tinham sido feitas. Quanto ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo disse. Que queria agradecer as suas palavras, e que iriam trabalhar nesse sentido em parceria com os concelhos limítrofes. Referiu ainda que o canil que iriam construir que já era uma obra com os três concelhos, Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro, e que o campo de golf se o vierem a fazer que também seria em parceria com outros concelhos, pelo menos com Miranda e Vimioso. -----

----- Usou da palavra o deputado Acácio que disse que queria fazer mais uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara sobre, a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Vimioso, que tinha dito ter sido para obras. Para Uva ele disse que sabia para que tinha sido destinada essa verba, construção de uma cozinha na sede da Junta. Agora para a Junta de Vimioso, que obras é que eram essas. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia que disse que iriam passar ao ponto dois, Rectificação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de dois mil e seis. ----- Usou da palavra o

Sr. Vice-Presidente da Câmara para dizer que tinha sido distribuído a todos os membros da Assembleia uma informação do Sr. Chefe de Divisão, em relação ao ponto dois e ao ponto três, em que tinha havido algumas alterações das classificações económicas, anteriormente eram umas e a partir de agora seriam outras. Relativamente ao ponto quatro que era a aprovação da primeira revisão do Orçamento da Receita e da Despesa, disse que houve necessidade de fazer esta alteração, porque a Câmara já no anterior mandato, tinha feito uma candidatura à C.C.D.R.N. ao programa Foral, designadamente a formação para as autarquias, e cujo conteúdo era Higiene e Segurança no Trabalho, e que teria a duração de dois anos, e que seria uma formação/acção no local de

trabalho. Portanto que havia uma verba da candidatura de quarenta e tal mil euros, que estava referida nos documentos, e portanto havendo essa entrada de dinheiro que era para formação, teria que haver alteração ao Orçamento da receita e da despesa. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia para proceder à votação do ponto dois, Rectificação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de dois mil e seis, foi aprovado por maioria com vinte e dois votos a favor, votou contra o deputado Acácio António Afonso Fernandes, e abstiveram-se os deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Nuno dos Santos Penascais Martins, José Luís Pires Rodrigues, Luís Torrão Esteves e José Maria João de Quina. Ponto três Rectificação do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e seis, foi aprovado por maioria com vinte e dois votos a favor. Votou contra o deputado Acácio António Afonso Fernandes e abstiveram-se os deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Nuno dos Santos Penascais Martins, José Luís Pires Rodrigues, Luís Torrão Esteves e José Maria João de Quina. -----

----- Usou da palavra o deputado Acácio referindo que em relação à Rectificação do Plano e do Orçamento que tinha votado contra, porque tinha muitas dúvidas que esta figura de modificação a esses documentos estivesse contemplada na lei, e que na informação subscrita pelo Sr. Chefe de Divisão e pela Técnica de Contabilidade, na convocatória para a Assembleia que não era referido qualquer suporte legal, que apenas era referido um contacto telefónico que não constitui lei com a C.C.D.R., aconselhando a Câmara a adaptar as classificações de determinadas despesas, de acordo com o Decreto-Lei número vinte e seis de dois mil e dois. Disse ainda que se o Decreto é dois mil e dois, porque razão é que estas adaptações não tinham sido feitos no seu devido tempo, quando tinham sido elaborados os documentos, e que já devia ter tido aplicação em dois mil e três, dois mil e quatro, dois mil e cinco e em dois mil e seis. Quanto à primeira revisão do Orçamento, disse que votava contra, porque estranhava que, logo no início do ano económico, houvesse necessidade de fazer uma revisão, mas que o Sr. Vice-Presidente já tinha justificado. Disse ainda que votava contra, porque já tinha votado contra o Orçamento e o Plano. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia a fim de proceder à votação do ponto quatro, aprovação da primei-

ra revisão do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e seis, aprovado por maioria com vinte e três votos a favor. Votou contra o deputado Acácio António Afonso Fernandes, e abstiveram-se os deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, José Luís Pires Rodrigues, José Maria João de Quina e Luís Torrão Esteves. Passou-se de seguida ao ponto cinco, Conhecimento do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento do ano de dois mil e seis da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano. -

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que toda a gente recebeu o plano, que era o documento que tinham em mão e que era só para dar conhecimento; disse ainda que tinha sido aprovado em Assembleia Municipal em vinte e nove de Dezembro, e portanto era só para conhecimento. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia, que disse que se iria passar ao ponto seis, conhecimento do encerramento dos SAP no distrito de Bragança – Moção. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara dizendo que relativamente a isto, se tivessem que tomar alguma posição, que a tomassem, que ele apenas dava conhecimento. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Argoselo dizendo que não podia deixar de manifestar a sua indignação, e a sua preocupação acerca do eventual encerramento das Escolas, Postos da G.N.R. e atendimento de doentes, pelos Serviços de Urgência nos Centros de Saúde mais periféricos, como era o caso de Vimioso. Disse ainda que perante esta realidade castradora do futuro da nossa região, que estavam a ser utilizados todos os instrumentos ao alcance deles, e que propunha que à semelhança do que tinha sido feito por parte de instituições homólogas, e não andarem a reboque de outros, se procedesse a uma moção de protesto dirigida ao mais alto nível da Nação, como os slogans em locais visíveis e o indicamento abordado, um corte temporário nas estradas do concelho, medidas de impacto que alertassem as populações, que mostrassem a sua indignação, e nos fosse possível ao menos dormir. -----

- Usou da palavra o Dr. Vítor Paiva que disse que na realidade tinha a sensação que todos estavam de acordo contra a política do actual governo; a encerrar Centros de Saúde, tirar urgências nocturnas, como que certas populações não existissem neste país, e que a maior parte tinha votado nele, que propu-

nha que todos redigissem uma moção para mandar ao Sr. Ministro de que estavam contra a filosofia e a política que ele mantinha de saúde neste País, e que ele assinava qualquer uma desde que fosse contra. -----

Usou da palavra o deputado José Sena que disse que estava muito contente por ver esta preocupação da parte do Dr. Vítor Paiva, e que ele também assinaria tudo o que quisessem, desde que fosse contra as políticas do Governo, e que já se previa que a saúde no nosso concelho tinha os dias contados, como se provava com este Governo e com os outros que por lá tinham passado. Disse ainda que o futuro Presidente da República tinha ganho com setenta e tal por cento dos votos, e que tinha sido ele que começou a dar cabo do nosso distrito, com o encerramento do quartel da tropa, com o encerramento dos caminhos de ferro e por aí fora; e que o País estava mal porque todos o puseram mal. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso que disse que havia uma verdade na constituição que todos nós tínhamos direito à saúde, só que tínhamos de lutar por ela, não era mantermos a que tínhamos, mas sim procurarmos e lutarmos por uma saúde melhor. -----

Usou da palavra o deputado Nuno Martins dizendo que era novo nestas lides e que era a sua primeira intervenção, por isso iria ser breve; que deviam ser críticos em tudo o que pudesse prejudicar o desenvolvimento da nossa região e em particular o nosso concelho, o que interessava é que estavam ali com um único fim, defender os interesses da região e do concelho, e que deveriam unir todos os esforços nesse sentido. -----

Usou da palavra o deputado Dr. Vítor Paiva que disse que quando se tratava de saúde não se tratava de poder político, disse que não estava ali para atacar ninguém nem A nem B, mas que estava a defender a nossa saúde, o tal direito constitucional a que tínhamos direito. -----

Usou da palavra o deputado Oliveira dizendo que todos nós estávamos contra o encerramento das instituições, e que já tinham estado contra os anteriores governos, e que o estar este governo há um ano não lhes tirava de estar contra aquilo que podia fechar no Concelho de Vimioso. -----

Usou da palavra o deputado José Carlos para dizer que gostava de ter conhecimento da Moção, que foi enviada para a A.R.S. Norte, que ali só estava a resposta à Moção, e se conhecessem a Moção poderiam relacionar melhor a resposta,

que toda a gente era contra o encerramento dos SAP, isso que não havia dúvida nenhuma, mas que gostariam de ter conhecimento da Moção. -----  
Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Argoselo dizendo que tinha proposto na sua exposição anterior uma posição clara, que a moção tinha sido feita por outros e que não sabiam o conteúdo, portanto que deixava ali duas hipóteses, ou fariam uma tomada de força, sugerindo um corte de estradas simbólico, um corte de estradas no Concelho, como forma de manifestarem a sua indignação. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia que disse que havia coisas que ele podia saber, mas que sabia dentro da profissão dele. Disse também que como Director , era evidente que estava obrigado a segredos, no entanto já tinham dito que a saúde era má, o que realmente era uma verdade, e que quando veio para cá há vinte anos atrás, que se sentia envergonhado, porque quando chegava alguém ao Centro de Saúde de Vimioso mal ou muito mal, era chamar depressa a ambulância depressa para ir para Bragança, nada era avaliado, nem coisa nenhuma. Disse ainda que o Centro de Saúde de Vimioso neste momento já estava melhor equipado, e que quando era necessário já se faziam electrocardiogramas, que já se faziam pequenas avaliações de sangue, e que já se tinham salvo vidas e pelo menos feito diagnóstico e quando necessário os utentes já eram acompanhados por enfermeiros. Quanto aos internamentos disse que neste momento não tinham internamentos, mas que tinham uma sala de O.B.S. com duas camas, e com mais duas ou três camas caso fosse necessário, portanto o internamento com a Unidade de Cuidados Continuados que se previa, e que desejava que a Câmara, a Segurança Social e a Sub-Região de Saúde, tivessem pernas para andar, porque não havia dúvida nenhuma, de que a Unidade de Cuidados Continuados na sua maneira de pensar, que era a coisa mais importante que poderia haver, disse ainda que o Centro de saúde estar aberto que era benéfico para todos, mas que de certeza absoluta que iria haver mexidas nos SAP, agora se iria fechar às oito, ou às vinte ou às vinte e quatro, que era quase uma garantia que iria para a frente. -----  
----- Usou da palavra o deputado Aníbal dizendo que tinha ficado estupefacto quando ouviu falar em várias posições nomeadamente a nível da saúde, mas que era melhor deixar esse assunto para discutir nos outros assuntos, disse que não era só o problema da saúde que nos afligia, mas também o

das medidas agro-ambientais, referiu que as medidas agro-ambientais tinham sido criadas pelo Engenheiro Guterres em dois mil, de seguida o governo do Dr. Durão Barroso, que tinha continuado com essas medidas através do Ministério da Agricultura, que tinham feito contratos com os agricultores, e que eram contratos assinados, e se um agricultor não cumprisse um dos requisitos do contrato eram logo cortadas todas as medidas. Disse ainda que a CAP lhes tinha feito chegar que este governo através do INGA e do Ministério da Agricultura tinha cortado todos os contratos assinados, e que o Orçamento do Estado não contemplava para pagamento das medidas agro-ambientais, e que isto tinha feito com que a Confederação de Agricultores Portugueses tivesse tomado uma posição e uma petição que passaria a ler. -----

- As medidas Agro-Ambientais consistem em apoios a atribuir aos agricultores que desenvolvam formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos, da diversidade genética e do bem-estar animal. Estas medidas criadas pelo Regulamento CE número mil duzentos e cinquenta e sete barra mil novecentos e noventa e nove, de dezassete de Maio, encontram-se hoje previstas na Portaria número mil duzentos e doze barra dois mil e três, de dezasseis de Outubro, que aprova o Regulamento de Aplicação da Intervenção Medidas Agro-Ambientais do Plano de Desenvolvimento Rural, RURIS, com as sucessivas alterações que lhe foram sendo introduzidas. O Ministério da Agricultura tem estado desde dois mil e um particularmente interessado e envolvido na divulgação das Medidas Agro-Ambientais, incentivando os agricultores a aderir a elas o que acabou por acontecer, de forma massiva. Quanto às candidaturas apresentadas em dois mil e cinco, o Ministério assumiu uma atitude de devedor relapso: aceitou as novas candidaturas, procedeu ao respectivo apuramento, exigiu aos interessados o cumprimento dos ónus às mesmas inerentes e controlou, quanto a alguns, o cumprimento desses ónus. Prepara-se agora para não pagar, no desrespeito de uma obrigação legalmente assumida, invocando para o efeito, a inexistência de verbas, parte das quais não reembolsou em Bruxelas no ano de dois mil e cinco, por não as ter gasto. Esta situação é dramática para milhares de agricultores que vêem a sua subsistência e continuidade ameaçada, vindo de um Governo que se reclama respeitador da legalidade democrática. Pretende-se com este documento chamar

a atenção dos órgãos superiores do Estado para a desconsideração da actuação do Ministro em causa pelos direitos legais dos agricultores e organizar um movimento de pressão que o faça regressar ao respeito da mesma legalidade. Considerando que as Medidas Agro-Ambientais são extremamente importantes para os agricultores portugueses e para o território nacional, os agricultores adiante identificados que assinam esta petição vêm solicitar a intervenção do Presidente da Assembleia da República e dos Presidentes de cada um dos Grupos Parlamentares no sentido de desenvolverem esforços que permitam que aos agricultores seja atribuído aquilo a que têm direito. -----

----- Ora esta petição disse que vinha no sentido daquilo que se passou na saúde e que vinha naquilo que se estava a passar a nível da agricultura, e que pediam para todos os grupos assinarem a petição, que estava ali à disposição, e que de qualquer maneira que aproveitava também para apresentar uma moção nesse sentido. -----

----- Ex<sup>o</sup>. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vimioso, tendo nós conhecimento através de um jornal regional do Presidente da Associação para o Estudo e Protecção do Gado Asinino, que o Governo quer cancelar o pagamento das Medidas Agro-Ambientais, cujas primeiras candidaturas foram realizadas em dois mil e cinco. Esta medida vem afectar severamente o mundo Rural, nomeadamente todos os nossos agricultores e todos os Presidentes das Associações das Raças Autóctones. Estas pessoas, voluntárias deram a cara e agora o Governo, sem dar qualquer tipo de explicação, deitou abaixo todo o trabalho já realizado. O Grupo Municipal do P.S.D. – Vimioso faz a seguinte proposta: considerando que: o Burro de Miranda, a Ovelha Churra Galega Mirandesa e a vaca mirandesa ficam seriamente afectados com estas medidas governamentais. O Governo como pessoa de bem, não pode, nem deve quebrar acordos anteriormente assumidos. Se fossem os agricultores a não cumprir eram severamente punidos. Estas medidas governamentais vêm acentuar mais a desertificação. Propomos pelo exposto: Repúdio total a esta medida governamental. – As medidas Agro-Ambientais devem continuar para apoio e incentivo das raças autóctones. – Estamos totalmente solidários com todas as Associações de Agricultores que tanto lutam por preservar as raças autóctones, como principal factor económico da região. Mais propomos que desta Moção seja dado conhecimento: - Ao Sr. Governador Civil do Distrito, - Ao Sr.

Director Regional de Agricultura., - ao Sr. Ministro da Agricultura. Pelo Grupo Municipal do P.S.D. de Vimioso. Vimioso vinte e sete de Fevereiro de dois mil e seis, - Aníbal Alves do Rosário. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso que disse que queria pôr uma questão à Câmara, que era um problema que havia entre Avelanoso e S. Martinho, sobre uma pessoa que tinha apanhado ali uns terrenos, disse ainda que tinha pessoas que atestavam em como aquele terreno pertence ao Concelho de Vimioso, e que era público, referiu que gostaria de saber se já tinha sido feito alguma coisa nesse sentido. -----

Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, dizendo que era uma questão muito preocupante, que já vinha do mandato do professor Carlos Pimentel, e que na altura não tinha sido feita nenhuma diligência que tivesse surtido efeito, o Sr. Presidente da Junta anterior colocou novamente a questão, disse que tinha sido discutida na Assembleia, até pelo Sr. Vereador José Miranda, e que ele próprio e o Sr. Assessor jurídico se tinham deslocado a S. Martinho de Angueira, que reuniram com o Presidente da Junta de S. Martinho, e que o problema é que ele apresenta documentos, cartas militares. Agora que podiam estabelecer o seguinte: era o Sr. Presidente da Junta acordarem uma reunião com o Presidente da Junta de S. Martinho e voltar novamente à questão, e ver em que termos ela está, mas que sabia que na altura foi acompanhada pelo assessor jurídico. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Argoselo dizendo que queria fazer uma sugestão ao Executivo, que tinha a ver com a Internet, que era sua intenção publicar uma página oficial da Junta de Freguesia de Argoselo, e que tinha sido contactado por uma empresa do ramo e que lhe tinha dito que o preço rondaria os mil euros, disse que era um bocado inexperiente nesta área e que não sabia bem se o preço seria exagerado ou não, e que já agora queria dar os parabéns à Câmara porque já tinha um site oficial e que se encontrava actualizado, o que era também um pouco difícil de manter estes locais actualizados , já que a lei da informação estava a chegar a toda a hora. -----

----- Usou da palavra o deputado José Carlos dizendo ao Sr. Presidente da Junta de Argoselo que se ele quisesse podia colocar um site próprio na Internet que não custava absolutamente nada, e que era gratuito. Perguntou ainda se o pavilhão multiusos se já tinham sido feitas as

marcações no piso, e se já poderia ser utilizado por qualquer colectividade. Disse ainda que queria colocar outra questão relativamente à reclassificação de uma funcionária, e que na última campanha eleitoral, tinha sido dito por alguém que iria ser reclassificada uma funcionária, desta Autarquia, que não pertencia à cor política da Câmara, portanto ela foi reclassificada, que não sabia bem, se por meio ano ou não, e que o que se constava é que a reclassificação não tinha surtido qualquer efeito. Relativamente aos concursos, Higiene e Segurança no Trabalho que gostaria de saber como é que estava esse concurso, se tinha sido anulado ou não, se a pessoa que ficou em primeiro lugar se entrou ou não, se as reclamações foram ou não respondidas. Quanto à admissão de um técnico para o Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Vimioso, dizia na publicação do aviso que um dos requisitos, era que os concorrentes tinham de ter o Curso Técnico na área Florestal, e que quem não tivesse este Curso não deveria ser admitido. E que em reunião de Câmara o Sr. Vereador Jorge Fernandes tinha manifestado o seu descontentamento, pelo facto de a pessoa que foi admitida não ter esses requisitos, e que só estranhava que uma pessoa ligada ao ensino que era uma professora tivesse sido admitida; quando todos nós sabíamos que houve concorrentes que eram licenciados e bacharéis na Área Florestal. -----

----- Usou da palavra o deputado José Luís que disse relativamente ao assunto que se falou anteriormente que também tinha algo a dizer, e já que o Sr. Director tinha começado a referir alguns indicadores que nós tínhamos aqui a nível da saúde do Concelho, e que não estava assim tão mal, e que um dos indicadores que melhor refletia o estado de saúde de uma população era o coeficiente de mortalidade infantil e o coeficiente da mortalidade geral. Na mortalidade geral que não estávamos assim tão bem, porque nasciam poucos e morriam muitos, mas que na mortalidade infantil que estávamos muito bem, porque se passavam anos e anos sem morrer uma criança. Relativamente aos cuidados que podia garantir que devíamos ser um Centro de Saúde que tinha um serviço domiciliário em funcionamento que abrangia mais população, e isso que queria dizer alguma coisa, que queria dizer que havia empenho dos profissionais, não era ficar ali dentro do Centro de Saúde, mas sim ir ao encontro das populações. Disse ainda que havia outras causas que também elas davam saúde, que se estava a referir concretamente ao

saneamento do meio, disse também que tinha ali um rascunho que tinha estado a fazer, e que era melhor ler para ser mais breve. A causa ambiental tem vindo cada vez mais a constituir-se como motivo de preocupação a nível mundial, Portugal não tem dado os melhores exemplos sujeitando-se a sanções previstas pela Comunidade Internacional, todos nós com maior ou menor intensidade somos produtores de resíduos e como tal sobre todos recai a responsabilidade de registar o destino mais adequado. As autarquias têm a responsabilidade acrescida na dotação de equipamentos que permitam uma eficaz separação e acondicionamento dos resíduos em todas as localidades. Como membro desta Assembleia venho apresentar a seguinte proposta: que toda a localidade, mesmo a mais pequena seja dotada de um ecoponto. -----  
----- Usou da palavra o professor Aníbal Rosário que disse, como pessoas que foram eleitos, que deveriam ouvir quem votou neles, e que um dos assuntos que tinha ouvido da gente da sua aldeia, que era o problema das Finanças, que não se tornava eficaz para deficientes e pessoas idosas, então ele que lhe tinha dito que ia pôr o problema na Assembleia, pensando as pessoas que seria a Câmara a resolver o assunto, de qualquer forma que era o Poder Central que resolvia o problema das instalações das Finanças, então que tinha feito um rascunho com a seguinte proposta: Ex.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vimioso, tendo sido eleitos pelos munícipes do Concelho de Vimioso, é nosso dever cívico e moral zelar pelos seus interesses e ouvir os seus problemas. Sabemos que a Repartição de Finanças, do nosso Concelho está mal localizado e num edifício com poucas condições de operacionalização. Está situado num edifício alugado e no primeiro andar. Considerando que: - A maioria da população residente no nosso Concelho é idosa, - Estes serviços num primeiro andar e com tantas escadas, não é eficaz. - A construção de um edifício traz poupanças para o Estado. - Há vários locais em Vimioso com muitas mais aptidões para o serviço. O grupo Municipal do P.S.D. - Vimioso propõe: A instalação destes serviços de Finanças e num edifício de Rés do Chão, sem escadas e com a rampa de acesso para deficientes. - Nesse sentido solicita-se a tomada de medidas por forma a dar resposta a este problema. Mais solicitamos que desta proposta se dê conhecimento: Ao Sr. Director de Finanças Local, ao Sr. Director de Finanças Distrital, ao Sr. Ministro das Finanças, Vimioso vinte e sete de Fevereiro de dois mil e seis. O Grupo

Municipal do P.S.D. – Vimioso. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso que disse que a razão porque estava ali, e que era mais sobre o que disse o professor Aníbal, disse também que ele era o Presidente do Centro de Gestão de Empresas Agrícolas de Vimioso, e portanto que era mais com a agricultura, referiu que tinha havido vários cortes na agricultura, como já tinha sido discutido, que as Federações e Associações que tinham ido a Lisboa, e que tinham tido uma reunião e que a CAP tinha marcado várias manifestações a nível regional. Disse também que a Federação dos Agricultores de Trás-os-Montes e Alto Douro tinha marcado uma reunião para o dia vinte e um em Macedo em que estavam todos os representantes das Associações agrícolas, e então que se tinha concordado em fazer uma manifestação em Mirandela no dia nove às onze horas, portanto quem quisesse dar apoio, que saía daqui um carro ou dois às oito e meia, se precisarem de mais alguma informação que contactassem o Centro de Gestão de Empresas Agrícolas de Vimioso. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara que disse quanto ao Sr. Luís Lhano que iriam falar no assunto, e disponibilizar aquilo que fosse necessário. Quanto ao deputado José Carlos, disse que o multusos já tinha marcações, mas que eram provisórias. Relativamente à reclassificação da funcionária, disse que ela tinha sido reclassificada, mas que existia um período provatório, e que a chefia que tinha entendido que não contribuiu nesse período, mas isso que era um assunto e uma informação do Chefe de Serviços que foi dada, e que foi de acordo com o que a Chefia disse. Quanto ao concurso de Higiene e Segurança no trabalho disse que o concurso estava a decorrer e que era da competência do Júri. Relativamente ao Técnico Florestal tal como já tinha dito que era da competência do Júri, e que os júris eram soberanos. Quanto ao deputado José Luís na questão ambiental, como devia saber que tinham um contrato com a Resin, e que esse contrato poderia vir a ser alterado, e que tinham de pensar seriamente, e ver se de facto valeria a pena estarem a fazer a selecção de resíduos, e que se calhar depois os resíduos não são acompanhados, porque a Resin não tem meios para os ir buscar. -----

----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente que disse que tinha ali um ofício da Empresa de Resíduos do Nordeste no qual dizia que: Mais se informa que o número de ecopontos previsto no contrato existente com

a Empresa já foi atingido; o que queria dizer que não colocavam mais ecopontos. E como lhe tinha dito já foram pedidos e que a resposta tinha sido aquela. Disse também que já tinham tido uma reunião, com o Dr. Paulo Praça que é o Director Geral da Empresa dos Resíduos do Nordeste e que disse também que todos os outros Municípios já tinham atingido este plafond, e que a partir daqui que tinham que renegociar, só que em termos financeiros que era um esforço demasiado grande para as autarquias, porque a Resin ao ir a esses locais, que iria cobrar e muito. -----

----- Usou da palavra o deputado José Carlos que disse que lamentava que o multiusos não estivesse a funcionar a cem por cento, pois que tinha sido para isso que ele tinha sido construído, e que não foi só para ser inaugurado, mas sim para estar ao serviço das populações. Relativamente a reclassificação da funcionária, portanto Sr. Presidente o período probatório tem uma duração de seis meses, no final desses seis meses é que alguém iria dizer se realmente continuava reclassificada ou não, disse que estranhava isso só. Quanto aos outros dois concursos de que ele tinha falado, que também estranhava um bocado. O concurso de Higiene e Segurança no Trabalho que ainda estava a decorrer, e que ainda ninguém tinha tomado posse. O outro concurso de Técnico Florestal que foi publicado no dia cinco de Dezembro, e que a pessoa em questão já estava a exercer funções; o outro que havia quase meio ano e que ainda estava a decorrer normalmente. Disse ainda que só lhe estranhava que um começou há um ano e o outro há meia dúzia de meses, um estava a trabalhar e o outro não. Disse que não estava a dizer que não era o júri, que apenas lhe estava a colocar questões, e que se não sabia responder, que lhe dissesse, não posso responder ou por isto ou por aquilo, ele que estava ali para ser ouvido, que tinha os seus direitos, e que ele também reconhecia quando estava errado, agora em função daquilo que lhe tinha respondido que tinha direito a contra-argumentar, e que o Sr. Presidente lhe daria a resposta que achasse que deveria dar. Disse muito obrigado e que estava esclarecido. --

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela que disse também quanto ao concurso não achava bem o Técnico que foi admitido, que achava que deveria ser um técnico da área. Disse então o quê que andavam a fazer os técnicos da área, se uma pessoa ligada ao ensino ia saber de florestal, que era melhor acabarmos com as Escolas Agrárias e com as Univer-

sidades, e que isso não podia ser para exercer essas funções, e que ele era favor que isso estava mal, que mesmo ele era dessa área, e que continuava a estudar para perceber, e que pessoas ligadas ao ensino não deviam perceber muito dessa área. Disse que uma questão que nunca tinha sido resolvida e que de princípio tinha sido mal feita era o PDM, que aquilo não tinha pés nem cabeça, e que uma pessoa que entendesse profundamente essas questões que via logo que aquilo era uma cópia de outro PDM que não se adaptava ao Concelho, mas que o mais grave não era isso, e o quê que PDM implica que se faça neste Concelho, que os licenciamentos mesmo os das casas e das indústrias e dos estábulos seja critério à sorte, porque os critérios concretos não estão lá definidos, isso é que achava que foi grave e que deveria ser responsabilizado politicamente, quem tinha tido essa responsabilidade, porque ele tinha sido penalizado em alguns milhares de euros por causa dessa situação, e que o Concelho também tinha perdido milhões de euros. Disse que queria pôr mais uma questão relativamente a uma estratégia de desenvolvimento na área do Turismo, que sabia muito bem que tem havido construções que não tinham nada a ver com o que estava definido no PDM, e que não podia haver desenvolvimento na área do Turismo se não preservássemos principalmente a paisagem. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia para proceder à votação da Moção da CAP, dizendo que foi aprovada por unanimidade, de seguida referiu que se ia votar a proposta apresentada pelo deputado José Luís que tinha pedido um ecoponto para cada aldeia. ----- Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras que em relação aos ecopontos disse que gostaria de lhe dar razão ao José Luís, que ele entendia que podia ficar caro, mas também se podia tirar algum proveito, se houvesse produto para reciclar, alguma vantagem se tiraria dali. Disse também que existiam ecopontos muito caros, mas que ele conhecia nalguns sítios ecopontos de sacos plásticos, e como esse material não era degradável facilmente, que não importaria se estivesse lá um mês, isso para não tornar muito cara a deslocação todas as semanas, e que até os Presidentes de Junta poderiam informar quando o ecoponto estava cheio, e que então aí já se justificaria lá ir, e que sabia também que esses sacos plásticos não eram caros, e que se era vidro não cheirava mal, se era plástico também não, se era papel aí é que se podia molhar e se poderia

estragar. ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Santulhão que disse que achava que devia ser uma questão debatida com todos os Presidentes de Junta, porque era da competência das Juntas, e que não era uma proposta económica nem viável, porque numa aldeia que tinha cinco ou dez casas não era justificável. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Caçarelhos que disse relativamente a esse assunto, em Caçarelhos que já existia ecoponto, e que pelo conhecimento que ele tinha, que quem mais o usava eram os cafés, que eram as pessoas que tinham garrafas, que iam lá e despejavam, porque relativamente à população muito pouca gente fazia a separação do lixo e ia lá colocá-lo. Disse também que concordava com o Sr. Presidente da Junta de Santulhão que esse assunto deveria ser discutido com os Presidentes de Junta, porque primeiro teria que haver sensibilização da população, e que não valia a pena colocar ecopontos se as pessoas não iam lá e que a maior parte delas não sabia para que era o contentor, que nem sabiam qual era o destinado ao vidro, ao plástico ou papel, e que sabia que da parte da comunicação que tinha havido algum cuidado em sensibilizar as pessoas, mas que as pessoas idosas não sabem da importância da separação do lixo, portanto que achava que deveria partir de uma campanha de sensibilização através dos Presidentes de Junta, e depois sim se colocaria um ecoponto para cada aldeia, e que havia freguesias que se justificava a colocação de ecopontos, mas que havia outras que não, tendo em conta que para a Câmara seria um desperdício de dinheiro em alguns locais. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia que disse que iriam proceder à votação da proposta apresentada pelo deputado Aníbal, referente ao acesso do edifício das Finanças, foi aprovada por unanimidade. ----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

---

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

---

O 2º Secretário da Assembleia Municipal

---